



Relatório de Actividades

2007

PROTOCOLO COOPERAÇÃO IEFP/REAPN

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2007

Rede de Europeia Anti-Pobreza / Portugal

Rua de Costa Cabral, 2368
4200-218 Porto
Telefone 22.5420800 • Fax 22.5403250
E-mail: geral@reapn.org • Internet: www.reapn.org

INDICE

Introdução	4
1- Acções em desenvolvimento	6
1.1 – Informação	6
Acção 1 – Publicação de materiais de informação e sensibilização, através dos meios disponíveis	6
Acção 2 – Acções de divulgação/informação no âmbito da sensibilização sobre as medidas do Mercado Social de Emprego	9
Acção 3 – II Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector.....	15
Acção 4 – Acções de Formação sobre a Qualidade das Organizações Sem Fins Lucrativos de acção social	19
Acção 5 – Plataformas Regionais de Apoio às Políticas de Inserção de Públicos Desfavorecidos	22
2 – Articulação com as estruturas centrais do IEFP	24
3 – Recursos a utilizar para a prossecução dos objectivos e acções do Plano de Acção	25
4 – Conclusões	26
5 – Cronograma das Acções	29

INTRODUÇÃO

De acordo com a Clausula 2ª do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal em 26 de Julho de 2000, este documento tem como principal objectivo a apresentação do trabalho desenvolvido ao longo do ano 2007.

O ano 2007, foi sobretudo marcado pelo desenvolvimento das estruturas regionais de informação e investigação designadas por Plataformas Regionais de Apoio à Políticas de Inserção de Públicos Desfavorecidos. Grande parte do trabalho desenvolvido centrou-se ao nível da recolha de dados das instituições que levaram a cabo acções de formação durante o ano 2005 em todo o país. A partir desta recolha, foi lançado um questionário que permitirá o tratamento dessa informação como início de um trabalho de investigação durante o ano 2008, que visa a produção de análises e informações sobre a dinâmica da formação profissional, o emprego e a inserção em Portugal.

Destaque-se ainda, os desenvolvimentos ao nível da informação/sensibilização, através dos meios disponibilizados pela REAPN, em particular a renovação da página da Internet (www.reapn.org) e o surgimento dos novos boletins dos núcleos regionais, que permitiram focalizar algumas questões numa óptica do desenvolvimento local e regional e uma acção de informação centrada em questões europeias no âmbito da Economia Social e do Terceiro Sector. Ao nível da formação, sobre a qualificação das organizações de acção social, estavam previstas para serem realizadas no final de 2007, posteriormente adiadas para o início de 2008 e finalmente suspensas por razões adiante explicadas. Ao nível da informação decorreram, conforme o previsto, os workshops sobre a medida Empresas de Inserção no âmbito do Mercado Social de Emprego e a II Conferência Internacional sobre Economia Social e o Terceiro Sector.

No geral, apesar de as acções programadas serem quase todas executadas, faltaram realizar as duas acções de formação previstas para este ano. Várias foram as razões, pelas quais não foi possível a sua execução: em primeiro lugar, a tardia aprovação do plano de trabalho para este ano – apenas durante o mês de Agosto – tornou difícil a sua programação adequada e o planeamento de todas as acções em tempo útil. Por outro lado, o próprio processo de planificação sofreu algumas dificuldades, em grande parte determinadas pela selecção de formadores e pela sua indisponibilidade de realizar as acções num curto prazo de tempo que restava (últimos meses de 2007). Tal dificuldade obrigou a – com o consentimento do IEFP – a programá-las para o início de 2008, tarefa que se revelou praticamente impossível, pelas mesmas razões. Assim, e com a consciência de que esta lacuna constitui uma falha no programa de 2007, a REAPN programou para 2008 a repetição das mesmas acções de formação.

Apesar de este não ser o balanço desejado e ao contrário de outros anos, o ano 2007, apresenta um saldo positivo, quer ao nível da realização das acções, quer ao nível dos resultados, num esforço de inovação e investimento em novas alternativas de abordagem e tratamento das questões ligadas às políticas activas de emprego em Portugal.

Apresentamos assim, este relatório que consta de 5 partes: as acções desenvolvidas durante o ano 2007; a forma de articulação com as estruturas centrais do IEFP; os recursos disponíveis para a prossecução das acções planificadas, as conclusões e o cronograma da execução.

ACCÃO 1 – Publicação de materiais de informação e sensibilização, através dos meios disponíveis

As diversas publicações da REAPN foram um veículo fundamental para esta tarefa informativa. No entanto, o seu papel não se limitou apenas à divulgação das Medidas e das diversas acções, serviu também para fomentar a discussão e reflexão destes instrumentos e o seu papel no seio das organizações promotoras das Medidas do Mercado Social de Emprego.

No decorrer do ano 2007, foram publicados vários artigos sobre a temática, nomeadamente:

- 1) Na revista de política social REDITEIA nº 39 (Janeiro a Junho) cuja temática central foi: “*2007 – Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos*” (**anexo 1**) e que contem variados artigos relacionados com a problemática do emprego, economia social e políticas de emprego. Destacam-se: um artigo sobre ética e responsabilidade social no Terceiro Sector, o Caderno Notícias da Rede com três artigos fundamentais para o desenvolvimento futuro das políticas sociais a nível europeu e nacional: 2010- Ano Europeu da Luta Contra a Pobreza, sobre as posições básicas da European Anti-Poverty Network (EAPN); um artigo sobre os futuros Fundos Estruturais 2007-2013 e o papel a desempenhar pelas ONG's de acção social; um artigo sobre flexissegurança, escrito pelo delegado português na *task force* sobre questões do Emprego na EAPN, assim como um artigo sobre a Semana do Emprego, que decorreu em Bruxelas sobre os auspícios da União Europeia e da EAPN. O nº 40 a sair durante o mês de Janeiro de 2008, e cujo dossier incidirá na Presidência Portuguesa da U.E., terá artigos publicados cujas temáticas incidirão sobre as questões do emprego, Economia Social e outras questões afins: a posição da EAPN relativamente à Economia Social no contexto da U.E; a Sustentabilidade e a Reforma do Sistema de Pensões; um artigo, da autoria do Prof. Pedro Hespanha, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: *É o (Des)emprego fonte de Pobreza? Vivências e Enfrentamentos*, em colaboração com o Dr. Jorge Caleiras do Centro Distrital dev Segurança Social de Leiria; da autoria do Dr. Rui Fiolhais – Gestor do POPH (Programa Operacional Potencial Humano) sobre “*O contributo do POPH para a luta contra a pobreza e a exclusão social*”; será igualmente focada a questão dos Objectivos do Milénio, através de um artigo escrito por uma formadora do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr.^a Zélia Valoura e ainda – da autoria do staff da EAPN e com base no Seminário organizado pela REAPN em Setembro de 2007, no Porto – um artigo sobre o acesso aos Fundos Estruturais por parte das Organizações Não Governamentais.

- 2) Nos Boletins Regionais editados pelos Núcleos (**anexo 2**) - Até Junho foram editados 3 boletins com as seguintes temáticas: *A Qualidade das Respostas Sociais* (Norte); *Olhares sobre a Deficiência: Concertar actuações/Despertar consciências* (Centro) e *Imigração: Cenários e Testemunhos* (Sul) e em todos eles se contam artigos ligados à questão da empregabilidade de públicos desfavorecidos. No início de 2008, serão publicados mais três boletins regionais (referentes ao 2º semestre de 2007): “*Desenvolvimento Local e Redes Sociais*” (Norte); “*Participação*” (Sul) e sobre a temática do 17 de Outubro (Centro). Igualmente todos os boletins relativos ao 2º semestre focarão as questões relativas às políticas activas de emprego no contexto da luta contra pobreza e a exclusão social.

- 3) No Boletim Informativo *Flash Rede* (**anexo 3**), publicado mensalmente e enviado para todos os associados da REAPN (cerca de 700), onde são publicadas regularmente informações sobre candidaturas a nível nacional e europeu, publicações, estatísticas e a divulgação de acções promovidas pela REAPN e seus associados. Foram publicados ao longo de 2007, 1 número (não é publicado em Agosto).

- 4) Na página da Internet da REAPN e sub página dedicada ao Protocolo com o IEFP (www.iefp.reapn.org) totalmente reformulada desde o final de 2006 e com um número médio de 200 visitas diárias. No que respeita ao Protocolo com o IEFP a sub-página apresenta todos os eventos realizados, com relatórios detalhados e programas de acções de formação, eventos informativos, conferências e o Anuário das Empresas de Inserção, com mais de 400 empresas listadas e com informações detalhadas sobre as actividades. Encontra-se ainda publicado o estudo desenvolvido pela REAPN e já referido anteriormente. De referir, igualmente, que a página se encontra em permanente evolução e actualização, sendo revista todos os anos e actualizada toda a informação a nível distrital (estrutura de organização da REAPN), nacional e europeia, nesta última vertente, a REAPN têm desenvolvido um esforço de tradução de documentos produzidos pelos diversos organismos europeus (Comissão Europeia, Parlamento Europeu, European Anti-Poverty Network e outras entidades) sempre que se justifica a sua tradução para português.

- 5) A REAPN no âmbito da participação a nível europeu na *task force* sobre as questões do Emprego na EAPN tem igualmente trabalhado a informação e desenvolvido mecanismos e plataformas de informação directa ou indirectamente relacionadas com as questões do Emprego, Políticas Sociais de Emprego e Economia Social e Terceiro Sector através da sua ligação a organismos europeus, particularmente através da representação na *task force* sobre as questões do Emprego na EAPN.
Ao nível da produção de documentos esta *task force* trabalhou em dois documentos importantes ao nível europeu: a resposta da EAPN ao pedido de parecer da Comissão

Europeia ao Relatório Conjunto sobre o Emprego (**anexo 4**), documento entregue em Maio à Comissão e um documento de tomada de posição da EAPN sobre a importância da Economia Social intitulada: “ *L’ économie social, une force positive pour l’emploi et l’inclusion sociale*” (**anexo 5**). Este documento é o resultado do trabalho das redes nacionais e da sua troca de experiências na esfera da Economia Social e do Terceiro Sector, dando uma visão comum sobre esta questão e acentuando a sua importância como factor de luta contra a pobreza e a exclusão social, em particular, na criação de emprego para os grupos sociais mais excluídos, para além de favorecer o seu processo de inserção social e pessoal. Este documento destaca ainda a Economia Social como um elemento central da sociedade civil organizada, modelo de participação, pluralismo, democracia, de cidadania e solidariedade, sem deixar de apresentar estes elementos e demonstrando que são perfeitamente compatíveis com a competitividade económica e detendo a faculdade de adaptação às mudanças sociais e económicas.

Ambos os documentos estão publicados na página web da EAPN (www.eapn.org) e serão oportunamente traduzidos para português e divulgados. Igualmente todos os documentos emitidos pela a EAPN relativamente ao Emprego, Inclusão Social e Fundos Estruturais, são objecto de análise e passíveis de serem utilizados noutras publicações da REAPN, assim como de divulgação para os seus associados e encontram-se à disposição de todas as entidades e publico em geral para consulta.

6) Ainda referente ao ano 2007, mas já publicado no início de 2008, na linha editorial *Redacção*, o livro: “ *É o (Des)emprego fonte de pobreza? – O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do distrito de Coimbra*” da autoria de Pedro Hespanha (Coordenação), Jorge Caleiras, Sandra Pessoa e Vanda Pacheco. Esta publicação apesar de não se realizar no âmbito do Protocolo, constitui um documento que se enquadra dentro das características da informação/sensibilização e estudo das medidas e do impacto da problemática do emprego e do desemprego em Portugal e poderá dar um contributo significativo para a análise das políticas de emprego e de formação ao longo da vida no nosso país. Este estudo foi desenvolvido no âmbito da Medida 4.2.2.1. Estudos de Investigação, no âmbito do P.O.E.F.D.S.

A C Ç Ã O 2 - Acções de divulgação/Informação no âmbito da sensibilização sobre as medidas do Mercado Social de Emprego.

Para o ano 2007 foi proposto nesta rubrica do Plano de Acção para 2007, a realização de 5 *workshops* de divulgação do estudo: “ *Pobreza, exclusão, desemprego e empresas de inserção em Portugal*”. Para além da divulgação do estudo, os *workshops* pretenderam promover a divulgação do Anuário das Empresas de Inserção 2005 e gerar um debate alargado em torno da medida Empresas de Inserção.

Estas reuniões de divulgação/sensibilização para a divulgação do estudo estavam previstas para o segundo semestre do ano, em cinco núcleos, a saber: Beja (26 Novembro); Setúbal (27 Novembro); Évora (28 Novembro); Braga (4 Dezembro) e Leiria (5 Dezembro) (**Anexo 6**). Estes *workshops* foram organizados em conjunto com as estruturas locais do IEFP, sendo a sua estrutura a mesma em todos eles: foi convidado um responsável local ou regional do IEFP e as empresas de inserção do distrito, sendo divulgado o estudo sobre as empresas de inserção e o Anuário publicados em 2005 pela REAPN.

Registou-se a presença de cerca de 100 entidades promotoras de empresas de inserção (25 em Beja; 25 em Setúbal, 7 em Évora, 20 em Braga e 20 em Leiria), bem como da comunicação social local (em Beja, Braga e Leiria), assim como algumas experiências significativas desenvolvidas em torno da medida.

O Programa dos eventos foram basicamente os mesmos, era constituído por uma apresentação da medida Empresas de Inserção por parte de um responsável do IEFP, tópico desenvolvido em torno de algumas questões centrais: enquadramento legal da medida, historial do seu desenvolvimento em Portugal, principais potencialidades e fragilidades, filosofia da medida e do Mercado Social de Emprego, ligação à questão da empregabilidade dos públicos beneficiários e ao desenvolvimento local. Nos distritos de Évora e Beja contou-se com a presença do Dr. Arnaldo Frade, Sub – Delegado Regional do Alentejo; em Setúbal com a Dr.^a Margarida Moura, directora do Centro de Emprego local; em Leiria com o Dr. Alberto Costa, Director de Serviços da Área de Emprego da Delegação Regional do Centro e em Braga com o Dr. Domingos Araújo do Centro de Emprego.

Em comum a todos os *workshops* foi a apresentação do estudo publicado pela REAPN em 2005, intitulado: “*Pobreza, Exclusão, Desemprego e Empresas de Inserção em Portugal: A Perspectiva dos Promotores e dos Beneficiários*”, e finalmente a apresentação de algumas práticas mais representativas da experiência das Empresas de Inserção em Portugal: em Évora registou-se a experiência da Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior, com uma experiência de desenvolvimento de uma rádio local através de uma empresa de inserção; a

Caritas Diocesana de Évora, com uma empresa de serviço domiciliário e com um contributo importante na área da inserção de públicos desfavorecidos, através da própria instituição após a cessação do contrato de trabalho; em Beja, através da experiência concreta da Santa Casa da Misericórdia de Beja (empresa de Jardinagem), apresentação centrada nas questões da auto-sustentabilidade da empresa e da sua viabilidade económica e financeira e da Associação de Solidariedade Mombejense, com uma experiência desenvolvida num contexto rural e desertificado com a implementação de uma empresa de multiserviços; ainda no contexto do Alentejo, o workshop de Setúbal apresentou experiências de carácter mais urbano, já na área de abrangência da Grande Lisboa, a empresa de inserção “*Momentos Mágicos*” do Centro Social de Palmela, desenvolvida em torno de um projecto de animação sócio-cultural de jovens; uma experiência que resultou no encerramento total da empresa por via da impossibilidade financeira e da incapacidade para manter o projecto (Cercizimbra) e da União Mutualista N.º Sr.ª da Conceição do Montijo. Nos workshops mais a norte o de Leiria apresentou as experiências do Clube Académico de Leiria (Multiserviços) e da Cercilei (Jardinagem) e em Braga a Associação de Desenvolvimento das Comunidades Locais de Guimarães e do Centro Social e Cultural de Santo Adrião (Braga).

Estas acções visavam, em estreita articulação com o IEFPP, o desenvolvimento de eventos centrados na sensibilização e divulgação para a medida empresas de inserção e para o Mercado Social de Emprego, medida de política social com quase doze anos de existência e ao mesmo tempo um contributo para uma reflexão e avaliação do impacto da Medida nas Entidades Promotoras e as suas repercussões ao nível da inserção social e da sua viabilidade como empresas sociais. Outra abordagem que se pretendia era o seu impacto junto das populações directamente abrangidas: os trabalhadores em exercício e trabalhadores reinseridos no mercado de trabalho após a “passagem” pela Medida. Outros objectivos propostos eram:

- Divulgação dos resultados do estudo da REAPN sobre Empresas de Inserção em Portugal, realizado em 2005, no âmbito do Protocolo de Cooperação, dando a conhecer o ponto de vista de dois dos principais intervenientes: os promotores e os beneficiários e, por outro lado, promover o debate e a partilha de experiências entre os participantes.

- Debater os próprios objectivos e resultados das Empresas de Inserção em Portugal, como instrumentos de:

- a) Combate à pobreza e a exclusão social, através da inserção ou reintegração profissionais;

- b) Permitir a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade;

c) Criar postos de trabalho.

Em relação às conclusões e às questões centrais colocadas, todos os workshops apresentaram pontos comuns que se podem resumir nos seguintes pontos:

- A medida assenta na vertente da formação e da profissionalização destinada a um público desfavorecido perante o mercado de trabalho e tem uma forte componente ao nível da aquisição das competências sócio-profissionais dos destinatários e consequentemente contribui significativamente para o combate ao desemprego entre estas camadas populacionais.

- Constituiu, ao longo do tempo, um desafio através da implementação de uma lógica, de certa forma inovadora e diferente para as próprias entidades promotoras, contendo uma matriz de tipo empresarial que mobilizou as instituições promotoras, os técnicos e a sociedade civil no sentido de dar uma resposta diferente aos problemas sociais e ao aumento da eficácia e eficiência por parte dos intervenientes. Por outro lado, esta nova lógica de funcionamento, já experimentada noutros países, gerou inovações a vários níveis: na gestão de recursos humanos, na qualificação de técnicos, na preparação logística e financeira, de certa forma esta medida introduziu uma matriz que apelava ao rigor, à eficácia e colocava definitivamente de lado a visão de carácter assistencialista de muitas instituições.

- Esta nova visão e a necessária preparação de todos os implicados. Técnicos, dirigentes, instituições e o próprio IEFP implicaram uma mudança no funcionamento das parcerias por parte de todos os envolvidos, sendo uma das principais potencialidades da medida em conjunto com a inserção social de públicos desfavorecidos pelo mercado de trabalho.

- Apesar de ter desenvolvido algumas potencialidades, a inexperiência de muitas entidades promotoras, bem como alguma falta de preparação para esta “nova visão” da inserção sócio-profissional de públicos em situação de desfavorecimento, aliada a alguma burocracia de procedimentos, resultou em alguma desmotivação em alguns casos.

- O próprio processo de recrutamento dos trabalhadores nem sempre foi realizado da melhor forma, ou seja, pensado em termos de adaptar as características e as competências dos públicos aos próprios projectos, aliado a estes factores, os baixos montantes da formação e dos salários e a vinculação do contrato de trabalho, colocou alguns entraves ao desenvolvimento e ao sucesso de alguns projectos.

- Por outro lado a introdução de novas metodologias de trabalho em públicos por vezes com características específicas, também colocou alguns obstáculos no funcionamento de alguns projectos e resultou na falta de motivação de algumas equipas.

- Outras críticas, por parte de algumas instituições promotoras foram: a insuficiência de financiamentos, a falta de flexibilização na formação dos trabalhadores, a ausência de financiamentos para as Equipas de Enquadramento e dos gestores das Empresas de Inserção, a necessidade de formação e experiência profissional dos técnicos ao nível da gestão e do marketing empresarial e a ausência de diagnóstico das necessidades de mercado.

Outra actividade desenvolvida em torno das questões da empregabilidade de públicos desfavorecidos, mas não programada neste Protocolo, foi a organização de um seminário organizado pelo Grupo de Trabalho sobre o Emprego, desenvolvido pelo Núcleo distrital de Braga da REAPN, com a colaboração da sede nacional da REAPN. Em parceria com a Associação Sol do Ave, o Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia SA, a Associação de Fomento Amarense, a Associação Contos do Baú e o Lar de Santa Estefânia, o Núcleo Distrital de Braga da REAPN promoveu o Seminário “*Novas perspectivas para o emprego e o papel do empreendedorismo no âmbito das políticas sociais*”, no dia 30 de Maio de 2007, no auditório do Avepark (Caldas das Taipas/ Guimarães). (**anexo 7** – Programa e principais conclusões)

A realização desta iniciativa prendeu-se com uma opção estratégica que decorre da constatação de que o desemprego é marcado na região e tem-se agravado nos últimos tempos, arrastando famílias para situações de grave carência económica, pobreza e exclusão. O Continente registou no 1º Trimestre de 2007 uma subida acentuada, passando para os 8,4% (segundo o INE). Para além disso, cerca de metade dos desempregados registados no país residem na Região Norte¹, sendo a região do Vale do Ave particularmente atingida por este flagelo, com uma taxa a rondar os 12%² da população activa.

No Vale do Ave, as falências, os encerramentos de empresas e a dispensa de trabalhadores afectou e continua a afectar os sectores do calçado, da construção civil e particularmente da indústria têxtil, fruto da globalização e da liberalização dos mercados. O sector têxtil representa cerca de 63% da área produtiva do distrito de Braga e no Vale do Ave, absorve 90% de mercado de trabalho.

O Governo já anunciou apoios para a região, pois esta precisa de instrumentos de apoio ao investimento, mas precisa sobretudo, que se mantenha a iniciativa dos empresários e da sociedade civil. De facto, tem-se registado avanços ao nível local, no sentido de procurar respostas multifacetadas para a resolução do desemprego. Diversas entidades públicas e privadas, ao nível dos municípios, das entidades de desenvolvimento e ao nível das empresas

¹ A região Norte representa cerca de 46% (188 310 desempregados, segundo dados do IIEFP/ Abril 2007) do desemprego registado no Continente, que registou no passado mês de Abril, cerca de 408 mil desempregados.

² A região do Vale do Ave tem cerca de 42 mil desempregados (dados do IIEFP referentes ao mês de Abril último)

têm sido agentes das dinâmicas de desenvolvimento da região do Ave, nomeadamente, no que concerne à dinamização de iniciativas no âmbito da formação e qualificação e da validação das competências adquiridas ao longo da vida; a reestruturação e inovação empresarial, através da implementação de novas tecnologias, nomeadamente, no sector tradicional da região – as empresas têxteis; as dinâmicas de consolidação das posições do sector têxtil-lar português nos principais mercados de exportação, aproveitando o facto do Ave ser reconhecido como ponto de passagem obrigatório dos compradores de têxtil-lar à escala mundial; a dinamização de diversificação da actividade económica, através da criação de novas empresas e serviços, promovendo-se o empreendedorismo, ou seja criando-se factores de oportunidades e de apoio ao aparecimento de novos empresários (nomeadamente de jovens), noutras domínios de actividade em que a região ainda está carente³. Mas ainda há muito por fazer. É necessário criar mais empresas e serviços inovadores, a uma escala internacionalmente competitiva.

A OCDE⁴ reviu recentemente em alta a previsão de crescimento da economia portuguesa para 2007 (1,8%) e 2008, mas mostrou-se menos optimista sobre a evolução do desemprego. Infelizmente, especialistas afirmam que, devido ao fraco crescimento económico ao longo dos últimos anos, o desemprego é grande e não vai diminuir nos próximos tempos.

O problema central da sociedade portuguesa é o desemprego e o défice tecnológico. Apenas 20% da população possui o patamar mínimo de qualificação para se adaptar às exigências tecnológicas, contra os 60% de média da OCDE.

A formação certificada e orientada para a mudança, o ensino escolar e profissional e a formação qualificada são as palavras-chave para o futuro próximo de Portugal no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Hoje, encontramos em termos de sustentabilidade financeira, instituições do Terceiro Sector com fontes diversificadas, provenientes tanto de doadores e parceiros como da própria organização, gerados através da venda de produtos ou da prestação de serviços. Algumas organizações vão mais além, mobilizando a comunidade para gerar os seus próprios recursos, por meio do estímulo à produção local, ao comércio solidário, ao consumo consciente, ao respeito à diversidade, à igualdade de oportunidades e à inclusão social.

Através de programas e medidas de apoio à criação de próprio emprego, é ainda possível disponibilizar crédito para pessoas e grupos que normalmente não têm acesso a empréstimos comerciais em condições normais de mercado, para que estes possam constituir o seu próprio negócio, tendo assim igualdade de oportunidade como qualquer outro cidadão.

³ Como é o caso da produção de software e de serviços informáticos (que tem sido alvo de experiências na Universidade do Minho) ou a indústria automóvel.

⁴ OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OBJECTIVOS DO SEMINÁRIO

- Aprofundar o conhecimento sobre o diagnóstico social e económico da Região Norte e sobre as orientações estratégicas do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 no âmbito do emprego;
- Divulgar experiências sobre empreendedorismo enquanto instrumento alternativo de política activa de inserção;
- Fornecer uma perspectiva do envolvimento e da cooperação entre o Sector Público e o Sector Privado.

A c ç ã o 3 - II Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector

Em 2007, a REAPN ao promover a II Conferência sobre Economia Social e Terceiro Sector (**anexo 8** – Programa e principais intervenções), teve por base quer o trabalho desenvolvido no âmbito deste Protocolo, quer o próprio desenvolvimento dos trabalhos em torno da *task force* Emprego da EAPN, particularmente, na sequência de um seminário sobre esta questão promovido pela EAPN em Malta, em Novembro de 2006.

A importância atribuída pela EAPN e pela REAPN à Economia Social como instrumento de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, foi o principal tema desta conferência.

Na parte da manhã foi tratada uma perspectiva mais europeia sobre o que se faz na Europa a este nível, tendo como ponto de partida as Empresas Sociais. Foram oradores o Professor Christian Jacquot, na qualidade de Presidente da Rede Europeia de Empresas Sociais (ENSIE) e o Dr. Gianluca Pastorelli como Presidente de uma estrutura europeia de apoio ao desenvolvimento de projectos de Economia Social – a DIESIS – que está actualmente a colaborar com a EAPN na elaboração de um Plano de Acção de forma a perceber o papel da Economia Social nas acções das redes nacionais de luta contra a pobreza e a exclusão social. Esta Conferência contou ainda com a presença da Professora Aldaiza Sposatti da Universidade Católica de S. Paulo (Brasil).

Foi igualmente tratado a própria realidade do Sector em Portugal. Assim esta conferência teve igualmente um Painel dedicado à nossa realidade e à forma como as diversas “famílias” da Economia Social no nosso país, perspectivam a luta contra a pobreza em Portugal.

A questão da Economia Social e do Terceiro Sector em Portugal foi, é, e continuará a ser uma temática central para a REAPN. Desde a sua fundação que foram desenvolvidos projectos cujos objectivos visavam a implementação, o desenvolvimento, a qualificação e a formação neste âmbito. De realçar o último projecto desenvolvido pela REAPN - o Projecto ACREDITAR - no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, que visa a criação de vários produtos que pretendem dar um contributo significativo para a (re)qualificação do Sector. Sabemos que a própria definição de Economia Social e de Terceiro Sector, contém em si mesmo diferenças nacionais, que se “arrastam” em discussões teóricas que tem sido alvo de uma vasta literatura sobre o assunto, defendendo, cada uma por si, o seu próprio “ponto de vista”.

No entanto, existem apesar das diferenças pontos comuns em relação à Economia Social na Europa. Nos últimos 20 anos, numa forma suave, mas já com algumas certezas o sector entrou numa fase de institucionalização e de reconhecimento público no seio da União Europeia.

Em 1989, a Comissão publicou a sua primeira comunicação ao Conselho da Europa sobre as instituições de Economia Social. Em 1990, foi constituído o primeiro inter – grupo sobre a Economia Social, no seio do Parlamento Europeu. Em 1995 as “quatro famílias” da Economia Social (Cooperativas, Fundações, mutualidades e associações) constituíram um Comité Consultivo temporário, que foi reconhecido pela Comissão em 1998 e abolido no ano seguinte.

Após a reestruturação da Comissão em 2000, o interlocutor da Economia Social passou-se a chamar Conferencia Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações e integrada numa DG Empresas.

Paralelamente a todo este processo a Cimeira Europeia para o Emprego do Luxemburgo adoptou novas linhas directrizes para o emprego que reconheceriam a importância da Economia Social para o desenvolvimento local.

Pouco a pouco, a Economia Social foi-se afirmando como um tema cada vez mais pertinente na política europeia para o emprego. Entre 1997 e 2000, uma acção piloto chamada: “Terceiro sistema e emprego” financiou diversos projectos que visavam a valorização do papel do Terceiro Sector na criação de emprego. Infelizmente, esta linha financeira não teve seguimento e a unidade responsável foi dissolvida.

Actualmente o único programa que possui uma medida de financiamento para a Economia Social é o programa EQUAL. Esta iniciativa comunitária financiada pelo Fundo Social Europeu visa promover novos meios de combate a todas as formas de discriminação e de desigualdade no mercado de trabalho. Uma das suas rubricas tem por objectivo reforçar a economia social e particularmente os serviços de interesse geral para as comunidades, com um acento particular sobre o melhoramento da qualidade do emprego. O EQUAL diverge assim dos outros programas financiados pelo FSE porque funciona como um laboratório, colocando a ênfase na cooperação activa dos Estados Membros.

O Programa EQUAL, num período de 6 anos, com um “pacote financeiro” de 600 milhões de euros, permitiu financiar 424 Parcerias de Desenvolvimento, num quadro do tema “economia social”. A fim de retirar ensinamentos concretos e transferíveis e de trocar experiências e práticas entre projectos, a Comissão constituiu diferentes Grupos Temáticos Europeus. Vários eventos foram organizados pelo grupo temático da economia social.

A reforma dos Fundos Estruturais, pôs termo à maior parte das iniciativas comunitárias, contudo os princípios do EQUAL fazem parte integrante dos novos programas do FSE, que serão postos em práticas no período 2007-2013. Contudo, é aos Estados Membros que compete definir os meios de realização mais adequados. No que concerne à Economia Social,

é provável que o seu financiamento varie em função dos diferentes papéis e do grau de reconhecimento adquirido em cada um dos países. Assim, muitos países atribuíram os recursos à economia social no seu conjunto e outros visarão públicos específicos (desempregados, pessoas com deficiência...) e acções específicas (formação, criação de emprego...).

Assim, em teoria a Economia Social pode aceder a todos os programas de financiamento da Comissão. Na prática, os programas aos quais a Economia Social mais recorrerá serão os que serão promovidos pela DG Emprego (igualdade de oportunidades, inclusão social, dialogo social, etc) e aos programas relativos à Educação e à Formação (Leonardo da Vinci, Sócrates). Portanto, não existem medidas específicas para as organizações de economia social e assim sendo, correremos o risco de ficarmos marginalizados. Os programas gerados pela DG Emprego vão ser substituídos pelo novo PROGRAMA COMUNITÁRIO PARA O EMPREGO E A SOLIDARIEDADE (PROGRESS), mesmo não fazendo referência explícita à Economia Social, os seus objectivos estão em perfeita coerência com os objectivos das organizações da economia social.

Contudo, o PROGRESS não substitui o EQUAL, na medida em que não financiará acções ou projectos-piloto, mas unicamente trabalhos de pesquisa e actividades de sensibilização ao nível da União Europeia.

Assim, no que concerne às organizações de economia social que se ocupam principalmente da inclusão social, os principais desafios serão:

- **A Estratégia de Lisboa:** é uma das maiores preocupações para as organizações de Economia Social. Apesar de demonstrarem, no seu quotidiano, que é possível de conciliar as três dimensões fixadas pela Estratégia de Lisboa (económicas, sociais e ambientais), tal como estava previsto na política de integração transversal inicialmente definida em 2000, a Estratégia de Lisboa Revista (crescimento e emprego) é no que se refere a 2000, incompleta e desequilibrada. Com efeito, põe ênfase sobre o pilar económico e da competitividade focando-se principalmente sobre a criação dum mercado interno livre para as empresas (por exemplo, através da Directiva dos Serviços).

Não existe nenhuma referência explícita sobre a economia social nas Novas Linhas Directrizes, apesar do facto das organizações de Economia Social realizarem inúmeros objectivos-chave e numerosas prioridades da Estratégia de Lisboa. São apenas mencionadas nos Programas Nacionais de Reforma.

- **O quadro jurídico e fiscal** – Em certos países, as organizações de Economia Social têm dificuldades em encontrar uma personalidade jurídica adaptada que possa combinar os valores defendidos por estas organizações, o controle democrático e uma gestão mais ou menos tradicional. As organizações de Economia Social podem prosperar e realizar benefícios unicamente se puderem operar em condições ótimas. Cabe aos governos colocar em prática quadros jurídicos e institucionais adaptados às organizações de Economia Social. A troca de informações e a comparação de modelos podem dar um impulso às mudanças jurídicas e à inovação.
- **O financiamento público e as ajudas do Estado** – Sabemos o quanto dependemos das subvenções públicas. O facto de possuímos objectivos de inclusão social e de integração de grupos excluídos justifica por si só a ajuda pública para que as organizações possam prosseguir na sua missão. Os decisores políticos deverão criar condições adequadas que assegurem uma justa concorrência, quando as nossas actividades coincidam com o mercado, criar benefícios fiscais, subvenções e outros instrumentos que facilitem o trabalho das organizações de Economia Social.

Outras acções desenvolvidas pelos núcleos distritais da REAPN, no âmbito das políticas activas de emprego e temas afins

1 – Workshop: “ *Promoção do Emprego de pessoas em situação de desvantagem no mercado de trabalho*” – 29 de Novembro – Amares (Braga).

Este seminário foi organizado no âmbito do Grupo de Trabalho sobre o Emprego promovido pelo Núcleo distrital de Braga da REAPN teve como principais objectivos: 1) a promoção do intercâmbio de experiências e de boas práticas sobre o apoio ao emprego de pessoas em situação de vulnerabilidade social e que apresentam maiores desvantagens perante o mercado de trabalho; 2) A promoção da aquisição de conhecimentos sobre novas formas e metodologias de intervenção para a integração sócio-profissional destes públicos e o incentivo à modulação e adopção de boas práticas de intervenção social.

2 – Fórum: “ *A criação de emprego como forma de combater a pobreza*” – 15 de Outubro – Beja

Este Fórum foi organizado no âmbito do 17 de Outubro – Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e promovido pelo Núcleo distrital de Beja da REAPN.

ACÇÃO 4 - Acção de Formação sobre a Qualidade nas Organizações Sem Fins Lucrativos de Acção Social (OSFLAS)

Em 2007, a REAPN foram planeadas e organizadas duas acções de formação de 48 horas cada (divididas em três módulos) que visavam a qualificação das instituições dirigidas aos profissionais das organizações sem fins lucrativos de acção social, estas acções estavam programadas para serem executadas durante o 2º semestre de 2007 e em articulação com outros núcleos distritais da REAPN, utilizando-se as mesmas equipas de formadores que os núcleos distritais utilizaram, como garantia de qualidade e cumprimento de objectivos propostos pela REAPN, assim com a colaboração do Gabinete de Desenvolvimento e Formação da REAPN foi elaborado um programa formativo de 48 horas destinado exclusivamente a este Protocolo. Sendo uma programação exclusiva para a REAPN foram programadas acções para Vila Real e para Viana do Castelo, inicialmente previstas para os meses de Novembro e Dezembro mas que por imperativos de programação tiveram que ser transferidas para o início de 2008 (meses de Janeiro e Fevereiro), posteriormente acabaram por ser suspensas pela impossibilidade quer dos formadores, quer da capacidade logística e técnica para a sua execução nos meses previstos. Tal como já foi explicitado na Introdução deste relatório, a aprovação tardia do Plano de Trabalho de 2007, condicionou a execução desta acção, deixando de ser possível a sua realização atempada ainda no decorrer do ano 2007.

Enquadramento da formação

O Terceiro Sector integra actualmente um importante conjunto de actores fundamentais nos processos de desenvolvimento, inclusão e protecção social. Na realidade, aproximadamente cerca de 70% das respostas sociais resultam de acordos entre o Estado e as diferentes Instituições deste Sector (mais de 13.000 respostas sociais), e, a médio prazo, a sustentação do sistema de protecção social em Portugal necessitará de um ainda mais forte Terceiro Sector.

Sendo verdade que este é um sector com enormes virtudes, é igualmente verdade que persistem grandes dificuldades que não podem ser ignoradas. Uma resposta mais eficaz e mais eficiente aos problemas da pobreza e exclusão social passa, necessariamente, pela aposta na capacitação dos seus agentes e das suas respostas sociais, assim como pelo desenvolvimento de uma maior capacidade de auto-sustentabilidade e de planeamento estratégico. A qualificação do 3º Sector pode, e deve, constituir-se como um instrumento de

apoio na passagem de uma lógica de assistência para uma lógica de prevenção e de promoção do desenvolvimento social.

Neste contexto, sendo essencial o desenvolvimento de processos de qualificação destas organizações e das suas respostas, é igualmente necessário uma reflexão sobre o caminho a adoptar pelo sector para obter níveis de excelência nestas respostas.

Após as acções de formação desenvolvidas em anos anteriores no âmbito da gestão das organizações sem fins lucrativos, a aposta do Plano de Acção para 2007 e desenvolver respostas a um processo que terá um impacto fundamental na vida destas instituições nos próximos anos – a implementação de um sistema de certificação da qualidade nas suas respostas sociais.

Objectivo Geral

Estas acções de formação têm como principal objectivo dotar as organizações de uma cultura organizacional facilitadora da introdução de sistemas de qualificação dos seus serviços, respostas e projectos. As temáticas e os conteúdos programáticos são definidos tendo em conta as necessidades e as especificidades de cada instituição, colocando à disposição dos formandos conhecimentos fundamentais e algumas ferramentas e instrumentos que melhor os ajudem a lidar e a intervir no processo de qualificação das suas organizações.

No que concerne às temáticas e aos conteúdos programáticos são definidos tendo em conta as necessidades e as especificidades das instituições, colocando à disposição dos formandos conhecimentos fundamentais e algumas ferramentas e instrumentos que melhor os ajudem a lidar e intervir no processo de qualificação das suas instituições. Os seus objectivos específicos são:

- Sensibilizar para as questões da qualidade e qualificação do terceiro sector;
- Transmitir conhecimentos gerais sobre qualidade que permitam apoiar instituições que pretendam desenvolver processos de qualificação;
- Sensibilizar para os princípios fundamentais à qualificação das OSFLAS, nomeadamente a focalização na missão, a participação e o *empowerment* de diferentes *stakeholders*;
- Dar a conhecer as etapas do processo de qualificação;
- Dar a conhecer instrumentos de gestão e qualificação organizacional;

Destinatários

Técnicos e Dirigentes das Organizações sem fins lucrativos de acção social

Formadores/Animador

Perfil – domínio da temática; com experiência de trabalho com organizações sem fins lucrativos e/ou conhecimento sobre o Terceiro Sector; capacidade de adaptação dos conteúdos e das

metodologias às características organizacionais das organizações e das suas necessidades formativas; com capacidade ao nível das relações inter-pessoais.

Metodologia da acção de formação

Esta acção será um espaço interactivo, fomentando a partilha de experiências, de conhecimentos e de estratégias de forma a permitir a adaptação contínua dos conteúdos às características das organizações e às necessidades dos formandos. A formação estará baseada em metodologias participativas e dinâmicas que valorizem a apropriação e treino de competências.

Pacote formativo

A Qualidade e a Qualificação das Organizações do Terceiro Sector	Total de 21 horas
1. Conceitos, Princípios e Critérios de Qualidade	6h
2. Modelos de Qualidade e as Especificidades do Terceiro Sector (ISO 9001; Modelo Excelência do EFQM; Modelo de Gestão da Qualidade das Respostas Sociais (ISS); Modelos adaptados ao Terceiro Sector (Social Accounting; PQASSO)	6h
3. Missão, Visão e Princípios Organizacionais: Focalização na missão como um princípio de Qualidade nas OSFLAS	3h
4. A participação e o <i>empowerment</i> : as relações com os utilizadores e restantes stakeholders (colaboradores, direcção, associados, etc)	6h

Etapas do Processo de Qualificação	Total de 15 horas
1. Diagnóstico Organizacional e Auscultação dos Stakeholders: importância, métodos e técnicas	3h
2. Planeamento Estratégico e Implementação do Processo	6h
3. Avaliação no Terceiro Sector: avaliação organizacional e avaliação da satisfação dos stakeholders	6h

Instrumentos de gestão e qualificação organizacional	Total de 12 horas
1. Ferramentas Básicas de Qualidade	6h
2. Desenho dos Processos	6h

OBS. – Estas acções de formação serão descritas e avaliadas no relatório do 1º semestre de 2008.

ACÇÃO 5 – Plataformas Regionais de Apoio às Políticas de Inserção de Públicos Desfavorecidos.

A produção de informação e investigação qualificada no âmbito das políticas sociais de emprego, formação e qualificação em Portugal, é o principal objectivo destas plataformas, tendo em vista, em particular, o percurso e o acompanhamento dos públicos desfavorecidos com especial dificuldade na inserção no mercado de trabalho.

A estruturação de plataformas territorializadas resulta da própria implementação no terreno da REAPN e dos trabalhos desenvolvidos em torno das medidas do Mercado Social de Emprego, em particular das empresas de inserção e na consolidação de um trabalho de aprofundamento e desenvolvimento de instrumentos de análise das problemáticas sociais, dos problemas de emprego e desemprego e às políticas activas de inserção de públicos desfavorecidos pelo mercado de trabalho.

Partindo do estabelecimento dos principais pressupostos destas Plataformas: as prioridades do Plano Nacional de Emprego (PNE), instrumento de implementação da Estratégia Europeia de Inclusão e do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) em matéria de produção de emprego; e dos indicadores de emprego e desemprego no país e da actual conjuntura económica e as dificuldades específicas que os grupos mais vulneráveis da população enfrentam na sua integração sócio profissional, no nosso país, a REAPN desenvolveu a partir de 2006, um conjunto de trabalhos a nível regional que pretende ver continuados e integrados no seio desta estrutura: Assim, foram desenvolvidos trabalhos de pesquisa ao nível dos núcleos distritais, tendo em conta uma recolha, tratamento e inventariação de números relacionados com as questões do emprego/desemprego e problemáticas associadas, a este nível foram concluídos durante 2007, trabalhos em todos os distritos nacionais, de carácter genérico com vista a uma caracterização sócio-económica em todo o território nacional.

Acções desenvolvidas em 2007

- Das actividades em curso, destacam-se os projectos em curso nos distritos de Aveiro, e a finalização em Coimbra, enquadrados nas acções tipo do POEFDS, designadamente de formação para desempregados, cuja fundamentação se baseia na recolha, tratamento e realização de diagnósticos, que se têm revelado fundamentais para a execução destas acções-tipo. Outra das vertentes deste trabalho desenvolvido, tem a sua aplicação prática na participação nos projectos PROGRIDE em Aveiro, no Fundão, em Idanha-a-Nova e em Arraiolos, cujos desenvolvimentos, tiveram por base informações e análises sobre as dinâmicas da formação, emprego e inserção de

públicos desfavorecidos, obtidas através do desenvolvimento de um sistema de parceria estratégico, com instituições públicas e privadas.

- Foram concebidos e organizados bancos de dados, ao nível regional, coincidindo com a estrutura do próprio IEFP, de entidades promotoras das diferentes medidas e programas no domínio da formação e inserção de públicos desfavorecidos. A recolha desses dados foi realizada mediante solicitação a várias entidades: IEFP, Associação Nacional do Direito ao Crédito, Instituto da Segurança Social e outras entidades, assim como – sempre que possível – a recolha foi realizada com base nos dados disponíveis na Internet. Este processo, revelou-se algo moroso, dificultando a recolha de todos os dados necessários, contudo, no final do 1º semestre este processo encontrava-se concluído e organizado.
- Foi elaborado um questionário inicialmente preparado para ser enviado a todas as entidades promotoras destas medidas e que visava a análise dos percursos de inserção dos públicos desfavorecidos nas suas várias vertentes de análise. Contudo e pelo elevado número de entidades recenseadas, centrou-se o envio a todas as que desenvolveram acções de formação durante o ano 2005 e particularmente as que o fizeram no âmbito do Eixo 5 - Medida 5.3 – do Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) - Promoção da Inserção Social e Profissional de Grupos Desfavorecidos e do PROGRIDE (Programa de para a Inclusão e Desenvolvimento) (**Anexo 9**). Foram enviados cerca de 800 questionários por via electrónica, utilizando as bases de dados desenvolvidas pelas Plataformas Regionais. A recolha de dados iniciar-se-á no 1º trimestre de 2008 e os trabalhos de tratamento ainda durante o 1º semestre. Paralelamente a este processo, foram ainda elaborados os primeiros esboços com vista à produção de um outro instrumento de análise, destinado aos formandos das acções promovidas por estas entidades. Estes dois instrumentos pretendem-se complementares para uma análise detalhada e útil da formação promovida no âmbito destas medidas em todas as suas dimensões e em particular, a sua utilidade prática na integração na vida profissional de públicos desfavorecidos, estendendo a reflexão a todos os intervenientes do processo formativo e a todas as fases desse mesmo processo.

4 – Articulação com as estruturas centrais do IEFP.

O Acordo de Cooperação celebrado prevê na sua Cláusula 7ª a existência de uma “*Comissão Paritária constituída por dois representantes do IEFP, um dos quais preside às reuniões e dois representantes da REAPN*”.

Dando seguimento a esta orientação, o representante da REAPN nesta Comissão será:

- Dra. Sandra Araújo – Coordenação Técnica da REAPN
- Dr. Júlio Paiva – Técnico Responsável pelo Protocolo

Considera-se pertinente que se realizem reuniões periódicas da Comissão Paritária com vista a acompanhar as acções desenvolvidas e efectuar uma avaliação contínua que permita reajustamentos e alterações ao plano de acção delineado, caso se revelem necessárias. Está prevista a realização de 4 reuniões no ano, uma no final de cada trimestre, durante o ano 2007 foi apenas realizada uma reunião no dia 22 de Novembro de 2007, o atraso na aprovação do Plano de Acção e do orçamento, dificultou a realização destas reuniões periódicas durante este ano.

Foi apresentado em Julho um relatório intermédio de execução no final do primeiro semestre e um relatório final, em Janeiro de 2008, objectivo que foi inteiramente cumprido.

3 – Recursos a utilizar para a prossecução dos objectivos e acções do Plano de Acção.

Para a prossecução dos objectivos e promoção das actividades delineadas no presente Plano, a REAPN contou com os seguintes recursos:

Humanos:

- a) Apoio da coordenação técnica da REAPN para acompanhamento da execução do Plano;
- b) Apoio dos Interlocutores Regionais da REAPN para a implementação regional das acções;
- c) Apoio dos Núcleos Regionais, nomeadamente através dos seus representantes regionais (coordenação);
- d) Contratação de um técnico licenciado a tempo inteiro para a execução das tarefas directamente relacionadas com as acções do projecto;
- e) Contratação dos facilitadores / formadores que colaborarão nas acções a implementar;
- f) Membros da REAPN que integrarão a Comissão paritária entre a mesma e o IEFP.
- g) Utilização pontual e de comum acordo de alguns dos recursos técnicos do IEFP, nomeadamente ao nível das acções de Sensibilização e na organização da Conferência Internacional sobre Economia Social e no trabalho de investigação sobre Empresas de Inserção.

Técnicos:

- a) Utilização dos meios logísticos da REAPN (Sede nacional e Núcleos Regionais) para a promoção das acções em causa;
- b) Mobilização das Organizações membros da REAPN para a prossecução das acções;
- c) Contratação dos restantes meios necessários para a boa prossecução das acções, nomeadamente: sensibilização, formação, seminários, recolha de informação, divulgação e disseminação das acções, etc. (meios logísticos que serão afectos exclusivamente a esta acção).

4 – Conclusões

O ano 2007, decorreu de uma forma atípica para o desenvolvimento deste Protocolo de Cooperação, desde logo porque a sua aprovação tardia condicionou o decorrer das acções previstas no tempo.

Do ponto de vista da informação/sensibilização – um dos principais eixos de intervenção da REAPN e também uma parte substancial na execução das acções protocoladas - o objectivo foi plenamente conseguido, centrando-se em três grandes acções: na informação propriamente dita, através do aumento da capacidade informativa pela publicação de mais três boletins informativos regionais e na melhoria da interactividade da página da Internet; na continuidade das acções de carácter europeu através da utilização e interacção do trabalho da REAPN com a EAPN (European Anti-Poverty Network), consubstanciada em 2007 na realização da II Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector e finalmente na realização dos workshops sobre a medida Empresas de Inserção, num período de reformulação do próprio Mercado Social de Emprego e das políticas activas de emprego em Portugal. Nas áreas da formação e da investigação o trabalho desenvolvido, apresentou – como já se disse – algumas condicionantes, mas com o desenvolvimento possível dentro das circunstâncias já referenciadas.

A questão da formação programada para 2007, constitui a principal lacuna no cumprimento deste plano, apesar da existência de questões logísticas da responsabilidade da REAPN não terem sido devidamente executadas: indisponibilidade dos formadores designados para as datas previamente fixadas e impossibilidade da sua substituição em tempo útil, a aprovação apenas em Agosto de 2007 deste plano condicionou a sua programação e distribuição nos restantes meses do ano, limitando assim a sua execução.

No entanto, o trabalho apresentado, tem na nossa opinião, componentes inovadoras que conferem a esta parceria uma oportunidade de trabalho com níveis pouco usados até 2005: a introdução da componente europeia; o ênfase na Economia Social e nas qualificações das organizações que trabalham nas áreas da acção social e particularmente naquelas que o desenvolvem através do Mercado Social de Emprego e das políticas activas de emprego.

No que respeita ao trabalho desenvolvido em torno das questões europeias a REAPN procura dar visibilidade aos desenvolvimentos das políticas europeias de Emprego que resultam do lançamento da Estratégia Europeia de Emprego a partir do Tratado de Amesterdão como instrumento principal que assegura a coordenação das políticas de emprego em todos os Estados – membro, particularmente, no que respeita a experiência adquirida ao nível dos diversos países veiculando o ponto de vista das populações afectadas pela falta de emprego e

por todos aqueles, que por uma ou outra razão se vêm afastados do normal mercado de trabalho. Salvar a “voz” destas populações face à estratégia europeia de emprego é também o papel da REAPN, como representante da EAPN para além da influência das linhas directrices à escala nacional.

A ênfase na Economia Social e no Terceiro Sector, resulta em grande parte, no crescente papel do sector tem quer no peso global em relação ao Produto Interno Bruto (3,5 % à escala europeia em média e cerca de 4% em Portugal). Por outro lado, a Economia Social desempenha um papel fundamental no contexto do Mercado Social de Emprego, como sector de promoção por excelência da inclusão sócio – profissional de públicos desfavorecidos, para além da Economia Social oferecer um modelo de pluralismo, participação, democracia, cidadania e solidariedade, elementos que constituem um conjunto de valores que podem ser compatíveis com a competitividade económica e a capacidade de adaptação às mudanças sociais e económicas. O trabalho desenvolvido tem como principal objectivo a promoção destes valores que produzem um conjunto de princípios fundamentais para a solidariedade social e para a cidadania activa. Esses princípios constituem um importante contributo para a luta contra a pobreza e a exclusão social, designadamente: na criação de postos de trabalho de qualidade, contribuindo para melhorar a qualidade de vida; cria um quadro favorável às novas formas de empreendedorismo e de trabalho; desempenha um papel importante no desenvolvimento local sustentável e num dos pilares fundamentais da Estratégia de Lisboa: a coesão social, desenvolve uma economia socialmente responsável; é um elemento fundamental para a democracia participativa; contribui para a estabilidade e o pluralismo dos mercados económicos e sobretudo vai ao encontro das prioridades e dos objectivos estratégicos da União Europeia, definidos em Lisboa em 2000: coesão social, pleno emprego e luta contra a pobreza e a exclusão social, democracia participativa, melhor governação e desenvolvimento sustentável.

Por último, o esforço deste projecto, na qualificação das organizações de Economia Social, implica que existe um reconhecimento generalizado de que o Terceiro Sector tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos, em particular a partir de meados da década de 70 do sec. XX o que permitiu uma maior visibilidade das suas actividades e serviços. Apesar da sua diversidade quer na sua forma jurídica quer na globalidade nacional este tem sido o reflexo do dinamismo da sociedade civil, quer em Portugal quer na Europa, não apenas pela dimensão do associativismo e na prestação de serviços, mas também pelo significativo aumento do número de trabalhadores envolvidos nestas organizações, contribuindo para o crescimento da economia e para a criação de emprego. Esta dimensão é tanto mais considerável se tomarmos como facto o contributo fiscal que estas organizações contribuem para o rendimento e as despesas nacionais bem como para o desenvolvimento local. No entanto, este conjunto de organizações padece de muitos problemas ao nível da gestão e do

funcionamento interno o que prejudica seriamente a sua eficiência e a qualidade de serviços prestados, situação que, em cenários de maior competitividade pode colocar em causa a própria sobrevivência de muitas destas organizações, inclusive porque muitas delas funcionam em mercados relativamente pouco competitivos, o que explica em grande parte a menor prioridade dada à questão da melhoria dos serviços e dos produtos que oferecem, colocando a qualificação num plano de menor importância. Esta é também uma prioridade para a REAPN, quer através das várias posições assumidas em publicações e projectos, quer também através da área da formação para técnicos e dirigentes tentando abranger todas as dimensões da qualificação: liderança, gestão de recursos humanos, gestão financeira, financiamento estratégico, comunicação interna e externa, qualidade dos equipamentos e instalações. Neste sentido, tem sido realizado um esforço para, em conjunto, com outras organizações e instituições públicas, encontrar fórmulas adaptadas à especificidade e características próprias destas organizações, fornecendo propostas formativas adaptadas a estas organizações e também à realidade da economia e da sociedade actuais, onde o conhecimento e o recursos a novas tecnologias, designadamente de informação e comunicação, bem como técnicas de gestão inovadoras que contemplem inovação e simultaneamente satisfaçam os requisitos e os valores próprios destas organizações e que sobretudo demonstrem ter capacidade para dar um contributo efectivo à qualificação deste Sector.

